

A Comunicação Pública da Saúde nas Páginas Oficiais do Poder Executivo dos Municípios da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte ¹

Gabriela dos Santos LIMA²
Viviane Fushimi VELLOSO³
Universidade de Taubaté, São Paulo, SP

RESUMO

Compreende-se que, a comunicação pública ocupa um papel sensível para a educação e conscientização da população para a condução e elevação dos níveis qualitativos da saúde e da qualidade de vida da população. Este projeto se propôs a identificar, em um primeiro momento, a visibilidade e o posicionamento das informações sobre a saúde e em continuação, pretendeu analisar a qualidade da comunicação que vem sendo praticada pelos sites oficiais dos municípios que compõem a Microrregião do Vale do Paraíba e Região Serrana - DIR XVII. Por meio da análise de conteúdo e do discurso organizacional, analisando as informações relacionadas à atenção básica em saúde. Dessa forma, foi possível identificar a necessidade de interação, as principais deficiências e seu possível impacto no desenvolvimento do território.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Regional, Comunicação Pública; Comunicação da Saúde; Vale do Paraíba e Litoral Norte.

TEXTO DO TRABALHO

1. Introdução:

A saúde no Brasil é um desafio para todas as esferas de governo, seja federal, estadual ou municipal e os dados acerca da atenção básica em saúde compõem indicadores como o IDHM. Embora tais índices sejam significativamente importantes para a orientação de políticas públicas, a comunicação que os governos mantêm com a população pode ser analisada a partir de uma visão de comunicação pública (BRANDÃO, 2017).

Considera-se que comunicação pública se aproxima da comunicação organizacional uma vez que sua premissa é estabelecer a comunicação entre a organização pública e o cidadão. Nesse sentido, destaca-se “a comunicação de forma estratégica e planejada, visando criar relacionamentos com os diversos públicos e construir uma identidade e uma imagem dessas instituições, sejam elas públicas e/ou privadas” (BRANDÃO, 2009).

¹ Trabalho apresentado no IJ07 - Comunicação, Espaço e Cidadania do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Graduanda do Curso de Jornalismo da UNITAU, bolsista PIBIC-CNPq, email: gabriela.salima@unitau.br

³ Doutora em Comunicação. Docente do Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté – UNITAU, email: vivianefv@gmail.com

No contexto da saúde, a atenção básica segue o modelo proposto, princípios e diretrizes, do Sistema Único de Saúde - SUS, como foco da atenção à família e à comunidade. Embora a comunicação direta realizada nos postos de saúde seja imperiosa para uma análise da realidade de comunicação in loco, optou-se pelo contexto da pandemia do novo coronavírus, iniciar os estudos pela comunicação virtual.

Durante esse período a comunicação online entre os governos e a população, intensificou-se. Com as medidas de distanciamento social e prevenção contra a Covid-19, a necessidade de agendamentos de consulta, trouxe uma realidade digital mais presente na vida do cidadão e da coletividade. As mídias digitais estruturadas em rede (CASTELLS, 1999) se intensificam e diante da convergência das mídias (JENKINS, 2008) e a necessidade de promover o envolvimento e a participação do cidadão no território, buscou-se iniciar esse projeto.

Evidencia-se, pois, que a comunicação pública requer a participação da sociedade pois está diretamente relacionada com a democracia e a cidadania. “uma ação coletiva sobre questões de interesse público, cujo objetivo é a tomada de decisões consensuais para benefício mútuo” (MATTOS, 2009 p. 57). Uma condição indispensável para efetivação da ação pública ao interesse público, corresponde à troca e à partilha de informações de utilidade pública e é missão do serviço público (ZÉMOR, 2009).

Considera-se que à comunicação pública cabe disponibilizar dados públicos, assim como estabelecer a relação dos serviços públicos com seus usuários. Nesse contexto, está compreendido conduzir campanhas de caráter cívico e social e promover os serviços ao público por meio do diálogo entre as instituições e os cidadãos. Uma vez que ao poder público está a responsabilidade de manter “a interação e o fluxo de informação relacionados a temas de interesse coletivo” (DUARTE, 2011, p.126).

No Estado de São Paulo, a RMVale destaca-se pela diversidade de atividades econômicas nos setores automobilístico, aeronáutico, aeroespacial, petroleiro e turístico. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região é de 0,781 (ATLAS BRASIL, 2018) e foi responsável por 5,29% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de São Paulo em 2015 (EMPLASA, 2018). Assim considera-se que:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do

trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2007, p.14).

Nesse sentido, no desenvolvimento do território reúne uma série de especificidades pertencentes aos cidadãos e contempla a percepção de mundo construída no território, o que corrobora com a visão de Ribeiro e Santos (2006) sobre o desenvolvimento endógeno, que vai associar o crescimento do sistema produtivo de um país com o potencial de desenvolvimento dos territórios.

Pode-se associar a esse potencial de desenvolvimento a capacidade de diálogo entre o governo e os cidadãos, de forma a promover um fluxo de informação voltados à construção de uma atuação cidadã mais participativa. Capaz de melhorar o capital social de seu território e por meio da comunicação promover a conscientização sobre os serviços públicos e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Sendo assim, cabe à investigação da comunicação no contexto da saúde e da qualidade de vida da população circunscrita na microrregião pesquisada, corroborar os estudos complementares do Grupo de Pesquisa em Saúde e Qualidade de Vida e Desenvolvimento. Na busca por assegurar as políticas da atenção básica, que envolve a organização da rede de atenção e linha de cuidados, o território da população adscrita, contribuindo com a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos (TOMASI, SOUZA, MADUREIRA, 2018).

Diante da maior amplitude dos IDHM da Micro Região do Vale do Paraíba e Região Serrana pertencentes à DRS XVII - formada por 10 municípios, observou-se uma heterogeneidade acentuada. Identificou-se que o município de Taubaté apresenta classificação do IDHM entre os vinte maiores do Estado, entretanto, Natividade da Serra, na mesma microrregião de saúde, ocupa o antepenúltimo IDHM do Estado.

Perante esta realidade, optou-se por aprofundar o conhecimento sobre essa microrregião, e questionar: Qual a realidade atual da comunicação online praticada pelos municípios pertencentes da DRS XVII, na microrregião?

1. Objetivos gerais e específicos:

OBJETIVO GERAL

- Analisar a estrutura comunicacional online para a saúde que os municípios pertencentes à Microrregião da DRS XVII vêm estabelecendo com a população acerca da atenção básica em saúde.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

-
- Revelar a estrutura de comunicação oficial dos municípios a partir do site oficial;
 - Identificar no site oficial do município as informações acerca da atenção básica em saúde;
 - Analisar o conteúdo e o discurso da comunicação identificadas.

2. Revisão bibliográfica:

2.1. Comunicação pública

A discussão sobre Comunicação Pública no Brasil se iniciou a partir da redemocratização do país, tendo em vista a abertura política e a mudança da sociedade naquela época. O fim da ditadura militar tornou a liberdade de imprensa e a participação popular mais acessível e enfática.

A comunicação governamental, passa a destacar-se como um instrumento de construção da agenda pública e enfoca seu trabalho não somente na prestação de contas, mas também no reconhecimento das ações desenvolvidas nos campos políticos, econômico e social. Sendo assim, ela busca promover o debate público e estimular a população no engajamento dos processos e decisões governamentais.

Embora as redes sociais sejam positivas em vários aspectos para a sociedade, também promoveu o acesso à produção e disseminação de conteúdos por seus usuários, que passam a emitir opiniões pessoais a partir de suas próprias interpretações da realidade. Essa prática levou a um compartilhamento de informações distorcidas e mais conhecida nos dias atuais como “fake news”. Na tentativa de minimizar essa propagação de informações falsas ou distorcidas, os órgãos legislativos optaram pela disponibilização de seus próprios canais de informação buscando promover a transparência e a opacidade informacional, por meio da LAI – Lei de Acesso à Informação, uma forma comunicação que amplia o acesso do cidadão as informações públicas.

Nesse contexto, compreende-se a comunicação como um processo de mão dupla e que necessita da mútua troca de informações, principal matéria prima da comunicação. Porém é a partir do diálogo, da interação que se se torna efetivo o papel das plataformas e das informações compartilhadas em sites públicos. Por isso, para alcançar êxito no

compartilhamento das informações e para promover conhecimento, além de informar, é preciso comunicar.

Segundo Thiana Orth (2021), existem quatro eixos que permeiam a Comunicação Pública, sendo eles os seguintes:

1. **Transparência:** compromisso com a atuação responsável ao tratar as questões públicas, seja na oferta de serviços como na prestação de contas.
2. **Acesso:** facilitar a obtenção das informações por parte da sociedade e estimular que ela tenha possibilidade de avaliar e fiscalizar as ações públicas.
3. **Interação:** criação, manutenção e fortalecimento de instrumentos de comunicação, que possibilitem fluxos bilaterais ou multilaterais, em que todos os envolvidos tenham igual direito de falar e ser ouvidos.
4. **Ouvidoria social,** tratada como um pressuposto para o atendimento das expectativas da sociedade, ou seja, é fundamental conhecer e compreender a opinião pública e as diversas facetas que a compõem.

Portanto, para que essa forma de comunicação esteja alinhada e mais próxima do seu objetivo, deve possuir estas bases para se orientar.

2.2 C4D

A Comunicação para o desenvolvimento busca uma atividade transversal e uma incidência social e política, sendo essa facilitadora de informações e promotora do envolvimento e participação dos munícipes com importantes pautas da comunicação pública, ou seja, ela é capaz de empoderar e produzir efeitos nas políticas públicas.

Para que a esse método seja um sucesso em um município, deve se levar em conta quatro dimensões presentes dentro de um território e analisá-las, sendo elas:

1. **Estrutural:** acesso à informação e os canais adequados no meio em que está inserido;
2. **Institucional:** tem um papel educativo, ela mede a interação entre os cidadãos e as organizações públicas e privadas;
3. **Relacional:** é fundamental, sem esta, não existe a troca de informação entre a cidade e os cidadãos;

4. **Perceptual:** uma comunicação pública no dia-a-dia do cidadão.

Portanto, pode-se observar que o objetivo desta pesquisa é analisar o quão a comunicação pública tem favorecido as ações da saúde para os municípios, sendo assim, o C4D (communication for development) trabalha para promover uma comunicação mais efetiva para a população, melhorando a qualidade de vida e assegurando os direitos da sociedade.

3. Metodologia:

A pesquisa se caracterizou por ser uma qualitativa-descritiva de caráter documental. Por meio da análise de documentos (MOREIRA, 2005) pretendeu-se, até o final, verificar e identificar informações que possibilitem caracterizar o objeto deste trabalho.

O corpus é composto pelos conteúdos da comunicação sobre saúde veiculada nos sites oficiais dos municípios que compõem a DIR XVII - Microrregião do Vale do Paraíba e Região Serrana. Promovendo uma classificação da comunicação em saúde a partir de Bardin (2011) que permitirá identificar a comunicação voltada para a atenção básica em saúde e que compõem os indicadores de saúde do IDHM.

Considerando o fenômeno da convergência das Mídias (Jenkins, 2008) a princípio, foram identificadas primeiramente as plataformas utilizadas a partir dos sites oficiais para a comunicação com o cidadão, bem como a concentração de seguidores de cada uma delas. Foi realizada uma parte da pesquisa exploratória para definição dos descritores que passam a compor as planilhas de observação.

Tendo em vista um panorama geral de como cada plataforma governamental é organizada: o layout, informações que contém no site, palavras-chave pesquisadas no buscador do Google relacionado ao município e entre outras informações para contextualizar a segunda parte da pesquisa, composta pela análise do conteúdo de saúde disponível. Também foi levantado informações sobre o C4D (Communication for Development), comunicação pública e referências voltadas ao contexto midiático encontrado nos dias atuais.

Nessa segunda etapa, buscou-se aprofundar as informações do corpus, composto pela comunicação sobre saúde veiculada nos sites oficiais dos municípios que compõem a Microrregião do Vale do Paraíba e Região Serrana - DIR XVII. Promovendo uma classificação da comunicação em saúde a partir de Bardin (2011) que permite identificar a comunicação voltada para a atenção básica em saúde em relação às orientações do SUS, que compõe os indicadores de saúde do IDHM. Foi utilizado o parâmetro pré-

estabelecidos pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (OLIVEIRA-ASSIS, 2022), para compreender a qualidade de acesso à informação de saúde nos sites das prefeituras da RMVale. As amostras permitiram a avaliação da plataforma, no âmbito da comunicação e as barreiras de acesso.

A partir da atribuição de pontuação de 0 a 100 para as variáveis Comunicação na Plataforma e Barreiras de Acesso (PADILHA; MICHENER; CONTRERAS, 2016 apud OLIVEIRA-ASSIS, 2022). A partir da observação sistemática dos sites Municipais, estabeleceu-se o seguinte procedimento: 1) página do Município a) assuntos de saúde; b) identificou-se a página da secretaria ou divisão de saúde; 2) na página da secretaria ou divisão de saúde, a) os assuntos disponíveis e b) os conteúdos da atenção básica. Além disso a organização dos conteúdos, serviços e interação. Na análise dos conteúdos, organizados por sub-regiões, pode-se perceber a estrutura das páginas dos municípios e os conteúdos sobre saúde a partir da distribuição e classificação dos municípios nas sub-regiões por IDHM.

4. Resultados e discussão

No primeiro momento da pesquisa, cada site dos respectivos municípios observados, obtiveram coletas de informações para uma análise sobre como a comunicação pública tem se organizado e trabalhado entre os municípios. Porém no anexo 1 encontrasse o material bruto que foi organizado e orientou as análises da segunda fase da pesquisa.

Segundo a pesquisa de Rebeca de Oliveira (2021), que teve como objetivo, investigar de acordo com os parâmetros definidos pela ONU (Organização das Nações Unidas), em 2010, os estágios de comunicação entre os municípios e municípios no Vale do Paraíba, sendo eles: i – emergente; ii – aprimorado; iii – interativo; iv – transacional; v – conectado, uma classificação que demonstra a maturidade e uso efetivo da comunicação interacional por meio das plataformas eletrônicas.

De acordo com o estudo, dos oito principais municípios neste trabalho, quatro estão dentro do estágio número dois, ou seja, iniciou o trabalho de comunicação a pouco tempo e com recursos mínimos, não tendo em sua totalidade a via de mão dupla com contato direto dos cidadãos.

Portanto, a princípio, deve-se levar em consideração que apenas dois municípios dentre esses se encontram mais desenvolvidas neste quesito ocasionando impactos e mudanças positivas para os municípios, sendo eles Taubaté e São José dos Campos no estágio IV.

Refletindo sobre os pontos levantados na tabela, foi percebido entre os municípios uma similaridade com a parte histórica, praticamente todos tiveram influências tropeiras e bandeirantes. Poucos municípios se desenvolveram industrialmente e em alguns sites, pode-se perceber o que mais valoriza-se nos municípios, sejam as indústrias, turismo e entre outros aspectos.

Entretanto, nem todos os municípios são orientados para buscar o crescimento tecnológico, o que pode se tornar um problema na comunicação pública, visto que, as TIC's são ferramentas disponíveis para aprimorar a qualidade de vida de uma sociedade.

Já na segunda etapa, ao analisar a Sub-região 1, nota-se que o município que mais se destacou, é o de São José dos Campos, já que a página da Secretaria de saúde apresenta todas as informações concentradas em apenas um lugar, tornando a página seja eficiente e acessível para os diferentes tipos de perfis de usuário. Em contraponto, tem-se os municípios de Jambeiro e Monteiro Lobato, que apresentaram as piores avaliações dentro da sub-região, uma vez que as respectivas páginas das Secretarias de Saúde, são ineficientes por apresentarem informações superficiais, que dizem respeito as competências da secretaria.

Na Sub-região 2, observa-se que o município de destaque é Taubaté. A página da Secretaria de Saúde do município consegue oferecer ao usuário informações concentradas em apenas um lugar. Em contrapartida, temos o município de São Bento do Sapucaí, que apesar de ter uma grande quantidade de informações a respeito da saúde na página da secretaria do município, não condensa todas as informações necessárias e não apresenta um link de redirecionamento para os serviços prestados pela secretaria.

Dessa forma, além de ser necessário buscar mais informações dentro do site do município, a cartilha de serviços é disponibilizada no formato PDF, sendo mais uma barreira de acesso a informação. Há ainda nessa sub-região os municípios de Campos do Jordão e Natividade da Serra que não apresentam uma página específica para a secretaria de saúde.

Neste caso, vale traçar um paralelo entre a fase inicial da pesquisa, na qual o histórico de cada município e a disposição das informações no site, são relevantes para compreender que podem existir diversos motivos para que as prefeituras não apresentem essas informações. Na prática, vemos que o município de Campos do Jordão por ser um município impulsionado pelo turismo, disponibiliza mais informações sobre esse assunto. Já o município de Natividade da Serra, por ter uma cultura mais rural e menos preocupação com a modernização, valorizando a preservação de sua cultura.

A Sub-região 3, o município de Potim apesar de sua baixa posição no IDHM da RMVale, apresenta informações concisas e alocadas somente na página da Secretaria da Saúde da prefeitura, oferecendo todos os serviços de forma acessível. Por outro lado, o município de Canas não apresenta nenhuma informação sobre a saúde ou a atenção primária no site oficial do município, apresenta apenas decretos e boletins epidemiológicos sobre a Covid, que se encontram desatualizados. Também não há um botão de buscas ou página referente a Secretaria de Saúde, o que impossibilita obter mais informações.

Nota-se que a maioria dos municípios da Sub-região 4 não apresentam muitas informações referentes a saúde no site. É possível observar que esta sub-região é marcada pelos municípios que ainda tem costumes e características dos municípios de interior e ao lembrar o histórico dos municípios no anexo 1. Priorizando manter viva a história construída arduamente em muitas décadas, com foco na preservação da arte e da cultura material e imaterial, essa pode ser uma possível justificativa para a baixa pontuação destes municípios.

O município de Areias, apresenta uma página da secretaria de saúde, com informações básicas de funcionamento, e apesar de não ter opções de serviços ou locais de consulta, ainda consegue manter a divulgação de notícias sobre saúde atualizadas. Todavia, os municípios de Lavrinhas e Arapeí, não apresentam página da secretaria de saúde e não é possível obter mais informações em outra aba ou pelo botão de buscas.

Já os municípios da 5ª Sub-região apresentam informações superficiais a respeito da saúde. O município de São Sebastião apesar de sua posição no IDHM, apresenta informações mais generalizadas e não concentra todas as informações na página da Secretaria de Saúde. Em destaque, o município de Ubatuba, apresenta informações detalhadas e de fácil acesso para o cidadão. Essa superficialidade pela maioria dos

municípios dessa sub-região, pode ser analisada com base no anexo 1, que verifica que os municípios litorâneos tem sua economia movimentada pelo turismo, portanto, há um apelo por parte das prefeituras em priorizar este viés econômico, inclusive dentro dos sites oficiais.

De modo geral as páginas das secretarias de Saúde ainda têm diversas barreiras de acesso à informação, uma vez que os sites dos municípios da RMVale, em sua maioria, trazem poucas informações e as vezes nem apresentam uma página exclusiva para a Secretaria de Saúde. É possível aprofundar a análise, com o índice do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente à “porcentagem de internações por condições sensíveis à atenção primária” nos anos de 2013 a 2017, no anexo 2.

A atenção primária se faz importante durante esta avaliação, já que é o primeiro estágio de assistência à saúde para o cidadão, portanto, quando a Atenção básica não consegue ser eficiente em oferecer um atendimento primário, esse paciente passa a necessitar de um tratamento de média e alta complexibilidade, precisando recorrer a atenção secundária e terciária. Tratamentos assim, demandam mais equipamentos, equipes e uma maior estrutura, logo, possuem um custo mais elevado e conseqüentemente, não conseguem atender rapidamente à um grande número de pacientes. Vale ressaltar, que os dados disponibilizados pelo IBGE, são anteriores a Pandemia do Coronavírus, sendo assim, não é possível afirmar que os municípios ainda apresentam este cenário.

Ao analisarmos a tabela de referência no anexo 2, observa-se que houve uma progressão no número de internações no município de Queluz. Em 2013, a taxa de internação por condições sensíveis à atenção primária era de 28,83%; Em 2014, 32,71%; Em 2015, 31,31%; Em 2016, 29,92% e em 2017, a taxa era equivalente a 37,37%. Vale lembrar que o município de Queluz, não apresenta página exclusiva para a Secretaria de Saúde e nem outras formas de obter informações no site.

Entretanto, ao comparar com o município de Areias, que em 2013, a taxa de internação por condições sensíveis à atenção primária era de 24,22%; Em 2014, 12,82%; Em 2015, 10,87%; Em 2016, 15,13% e em 2017, a taxa era equivalente a 17,29%. Nota-se que o município de Areias conseguiu diminuir consideravelmente a taxa de internação no município e é o município que apresenta o melhor site no âmbito da saúde dentro da Sub-

região. Dessa forma, é possível perceber que os municípios com melhor IDHM também obtiveram melhores resultados nas coletas de dados.

5. Considerações Finais

Durante a primeira etapa desenvolvida, é possível fazer uma relação entre os municípios e seus respectivos índices de desenvolvimento humano (IDH). Sendo assim, os municípios da RMVale mais bem colocadas, também apresentam sites mais eficientes, informativos e atualizados, principalmente na esfera da saúde. Para exemplificar, notou-se que o primeiro colocado no ranking, o município de São José dos Campos, em comparação com o último colocado, Silveiras, o site desse município é menos responsivo, não é adaptado para versão mobile e no âmbito da saúde apresenta informações desatualizadas. Pode-se perceber que a comunicação eficiente nos sites governamentais revela certo impacto na qualidade de vida da população.

Na segunda fase da pesquisa, pode-se observar que a comunicação governamental, tem como dever reforçar o vínculo entre o governo e a sociedade, e por meio de uma comunicação pública transparente, de acesso, formação e educação, torne a sociedade cada vez mais ativa e participativa. É importante pontuar, que quando se trata da esfera de governos locais, em geral os cidadãos se apresentam mais passivos, e a transparência na internet não é um fator tão significativo para o munícipe. Nota-se que não há um órgão de controle que cobre o governo e as relações são mais pessoais por isso acaba-se não fomentando a participação do cidadão.

Uma vez que, a população sente que não há assistência por parte de quem os representa, sucumbe ao sentimento de desamparo, uma vez que, não tem suas necessidades atendidas, acessíveis ou contemplam seus interesses. É possível notar também que principalmente os municípios da sub-região 4, que apresentam características de municípios menos populosos e mais rural, alcançam bons resultados sobre a atenção básica como visto no anexo 2. Porém, observa-se, portanto, que há outra forma de comunicar e acessar as informações, sobre saúde dentro destes municípios, que também podem ser eficientes, mas que não justificam a falta de informações em suas páginas oficiais.

REFERÊNCIAS

ATLAS BRASIL. Consulta. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta>>. Acesso em 26 mai. 2018.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. **Usos e Significados do Conceito de Comunicação Pública**. Dissertação (Mestrado) – Curso de Comunicação, Instituto de Educação Superior de Brasília – Iesb.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

EMPLASA. **Região Metropolitana Vale do Paraíba e Litoral Norte**. Disponível em: <<http://emplasa.sp.gov.br>>. Acesso em: 26 de out. 2018.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2008

LUZ, Ana Javes Andrade. Comunicação Governamental – entre a Comunicação Pública e a Política: A Experiência da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Foz do Iguaçu, PR set 2014. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-1527-1>. Pdf. Acesso em 12 de out de 2022.

MATTOS, H. Comunicação pública, esfera pública e capital social. In: **DUARTE, J. (org.). COMUNICAÇÃO PÚBLICA: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. São Paulo: Editora Atlas, p. 45 – 58, 2009.

OLIVEIRA-ASSIS, R. **Análise de Comunicação pública do poder Legislativo dos Municípios da região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte**. Trabalho de Graduação - Monografia Publicidade de Propaganda, Universidade de Taubaté 2022

PADILHA, Homero; MICHENER, Gregory; CONTRERAS, Evelyn. Avaliando a aplicação da Lei de Acesso nos estados e nas grandes cidades. In: MICHENER, Gregory (org.). **Transparência Local no Brasil: Avaliando a aplicação da Lei de Acesso nos estados e nas grandes cidades**. Rio de Janeiro: FGV, 2016. Capítulo 1, p. 25-62. E-book (196p.). Acesso em: 12 de janeiro.

ZÉMOR, P. (2009). **As formas da Comunicação Pública**. Tradução: Ângela Cristina Salgueiro Marques. In: Duarte, J. (org) **COMUNICAÇÃO PÚBLICA: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. P. 214 – 245. São Paulo: Editora Atla.